

POLÍCIA FEDERAL E PODER JUDICIÁRIO DECIDEM ADERIR À PARALISAÇÃO

As últimas decisões do governo federal em relação à campanha salarial de 2012 dos servidores públicos federais exaltaram os ânimos dos grevistas. A suspensão das negociações, o adiamento do prazo para apresentação de uma proposta às reivindicações e o Decreto nº 7.777, que permite a substituição dos trabalhadores parados por terceirizados e funcionários de estados e municípios, caíram como baldes de água fria sobre as lideranças sindicais. Com as determinações da Presidência da República, trabalhadores de outros órgãos já falam em engrossar a paralisação nacional nos próximos dias.

Aproveitando as atenções para o julgamento do mensalão no Supremo Tribunal Federal - STF, o Judiciário já sinalizou que cruzará os braços nas primeiras semanas de agosto. A Polícia Federal realizou no dia 1º de agosto de 2012, uma vigília em frente ao Palácio do Planalto, e não descarta a possibilidade de greve geral. Também nesta quarta, às 9h, os fiscais federais agropecuários farão assembleia para definir se aderem à paralisação nacional.

No caso da Justiça Federal, a previsão é de que a categoria interrompa as atividades até 15 de agosto, prazo para que o STF encaminhe uma proposta com os pedidos de reajuste ao Ministério do Planejamento. Nessa data, os servidores devem participar de uma marcha nacional organizada pela Central Única dos Trabalhadores - CUT na Esplanada dos Ministérios.

Fonte: Correio Braziliense